



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VII-GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

FERNANDA NUNES MOREIRA

**GESTÃO ESCOLAR E A RELEVÂNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS EM
UMA ESCOLA MUNICIPAL**

**PATOS
2012**

FERNANDA NUNES MOREIRA

**GESTÃO ESCOLAR E A RELEVÂNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS EM
UMA ESCOLA MUNICIPAL**

Artigo apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba(UEPB) como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel.

ORIENTADOR: Prof. Msc. Dante Flavio Oliveira Passos.

**PATOS
2012**

M835g MOREIRA, Fernanda Nunes.

Gestão escolar e a relevância dos recursos financeiros em uma escola municipal/ Fernanda Nunes Moreira.

Patos: UEPB, 2012.

20f

Artigo (trabalho de conclusão de curso - (TCC) - Universidade Estadual da Paraíba).

Orientador: Prof. Msc. Dante Flávio Oliveira Passos.

1. Administração Pública 2. Gestão Escolar

I. Título II. Passos, Dante Flávio Oliveira Passos.

CDD 352

FERNANDA NUNES MOREIRA

**GESTÃO ESCOLAR E A RELEVÂNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS EM
UMA ESCOLA MUNICIPAL**

Artigo apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba(UEPB) como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel.

Aprovada em 04/07/2012

Banca Examinadora

Prof. Msc. Dante Flavio Oliveira Passos
Orientador

Erika campos Marinho de Gões Pires
Examinadora

Monique Fonseca Cardoso
Examinadora

**PATOS
2012**

¹GESTÃO ESCOLAR E A RELEVÂNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL

Fernanda Nunes Moreira¹

RESUMO

O referido trabalho traz um estudo de caso que possui a finalidade de demonstrar como funciona uma gestão escolar e a relevância dos recursos financeiros destinados a uma escola do âmbito municipal possui, inseridos nessa temática o artigo aborda os temas voltados para as políticas públicas, gestão escolar e recursos financeiros educacionais, para que isso fosse possível, foi realizadas consultas bibliográficas e pesquisas através da internet dando preferência as publicações de fácil entendimento. Para que se pudesse chegar as respostas sobre a temática em estudo, foi aplicado uma entrevista quanti-qualitativa não probabilística por acessibilidade, contendo quatorze (14) perguntas abertas e em seguida analisados os dados obtidos, esses questionamentos foram realizados com parte do conselho escolar da E.M.E.F. “Poeta Belarmino de França” localizada na cidade de Pombal-PB. Portanto, foi possível concluir que, os recursos financeiros destinados a instituição em estudo vem contribuindo de maneira favorável para o funcionamento da mesma, no entanto, ainda é necessário que as políticas públicas reconheça que, assuntos relacionados a educação ainda necessita de incentivos, para que as instituições de ensino possam elevar seus índices de desempenho.

Palavras-chave: Gestão escolar, Recursos financeiros, Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Com o alto índice de competitividade no mercado atual, a gestão educacional tem enfrentado várias e significativas exigências, podendo pontuar como principal desafio o compromisso com a formação humana e cidadã, através desse processo de concepção humana a gestão escolar deve se empenhar ao máximo, com a finalidade de perpetuar um prodigioso trabalho, pois é possível perceber que o recurso econômico mais valioso para obter uma boa vantagem competitiva é o conhecimento humano, uma vez que, mesmo havendo fortes investimentos nas tecnologias, ainda sim, haverá funções de destaques dentro das organizações destinadas ao ser humano.

Entretanto, é apresentado, cada vez mais, problemas às escolas que por tem o papel de promover a formação de cidadãos com capacidade não só enfrentar esses desafios e superá-los, para que isso seja possível, os gestores escolares têm buscado os ajustes e mudança

¹ Autora Graduada em Administração pela UEPB – e-mail: fe_nunesmoreira@hotmail.com

necessárias de acordo com o contexto em que a organização esteja inserida, procurando manter uma harmonia entre sociedade e escola.

É nesse contexto que a gestão escolar e sociedade devem andar unidas, mantendo sempre um ambiente que predomine a clareza na tomada de decisão e a qualidade em todos os processos, pois a escola deve ser um cenário no qual predomine o compartilhamento de experiências, idéias e conhecimentos entre as pessoas.

É evidente as constantes mudanças no mundo moderno, diante disso, faz-se necessário que os recursos financeiros chamados PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) e PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), sejam empregados de caráter que venha a proporcionar uma formação adequada as pessoas, gerando cidadãos preparados e capazes o suficiente de enfrentar desafios.

Este trabalho possui a finalidade de demonstrar como funciona uma gestão escolar e a relevância dos recursos financeiros destinados a uma instituição escolar do âmbito municipal, além de, tomar conhecimento de como funciona as políticas públicas escolares, verificar como ocorre uma gestão e saber como são administrados e aplicados os recursos financeiros destinados as instituições de ensino, como forma de buscar o melhoramento contínuo da organização e, conseqüentemente, também da sociedade.

Para a construção do presente artigo que se trata de um estudo de caso, foi utilizada uma metodologia com base em pesquisas bibliográficas, que possui uma finalidade descritiva, onde foram utilizados como instrumentos para coleta de dados uma entrevista com parte dos componentes do conselho escolar em uma escola municipal localizada na cidade de Pombal-PB, onde foi utilizada uma abordagem quanti-qualitativa não probabilística, por acessibilidade.

O trabalho se encontra dividido em resumo, introdução, referencial teórico, que aborda os temas voltados para as políticas públicas, gestão escolar e recursos financeiros educacionais, em seguida se encontra o histórico da empresa em que foi realizado o estudo, posteriormente a metodologia, análise dos resultados encontrados, conclusão e para finalizar as referencias bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Pode-se entender por educação como um fator indispensável perante a sociedade, no qual a socialização de conhecimentos, culturas, tradições e regras vivenciadas por cada

individua resultam em um processo pelo qual se busca transmitir a todos como funciona os distintos povos que compõem uma sociedade.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Estado é responsável por oferecer a sua população, direito iguais, com acesso a educação, moradia, saúde, transporte e lazer.

No entanto, para que isso aconteça, é preciso que os gestores públicos organizem e em seguida implante, políticas públicas que possibilite as escolas através de sua autonomia, um amplo desenvolvimento das práticas docentes, administrativas e culturais, levando a novos paradigmas da administração, com responsabilidades divididas pelas comunidades interna e externa da escola.

Para Andrade et al (2008), a educação brasileira mantém seu ciclo de uma maneira fragmentada, isto é, não possuía uma interligação entre os diferentes níveis que constitui o sistema, ocorrendo assim, uma quebra na sequência do seu desenvolvimento. Para que isso possa mudar, o governo federal tem se mostrado preocupado com essa situação e vem formulando políticas públicas voltadas para a educação, por meio de projetos e programas com a finalidade de resolver tais problemas.

A partir do momento que se observou essa fragmentação no sistema educacional brasileiro, foi preciso fazer um planejamento mais consistente a respeito dessa situação, para a partir disso, perceber onde estava ocorrendo as falhas e procurar as melhores soluções para esse problema, pois apenas implantar programas sem que haja progresso não irá obter bons resultados, é necessário um acompanhamento contínuo, para verificar se tudo está favorecendo para o desenvolvimento (ANDRADE et al 2008).

Por isso, a administração pública é responsável pela escola pública de maneira que, possa acatar as responsabilidades operacionais, funcionais, legais e hierárquicas com base nos princípios básicos da administração pública que são: legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade, com isso, cabem ao gestor por em prática com o máximo de compromisso esses princípios.

Esses princípios da Administração Pública buscam melhorar a interpretação a respeito das normas jurídicas, indicando quais os melhores caminhos a serem trilhados nas aplicações das leis.

De acordo com a Constituição Federal Art.5º “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da Lei”.

Quadro 01: Resumo dos princípios da Administração Pública

Legalidade	Princípio no qual a Administração Pública só pode agir a partir da autorização da Lei, ou seja, deve sempre prevalecer todo o direito vigente.
Moralidade	Princípio no qual a conduta ética é indispensável, sempre buscando agir de maneira honesta.
Impessoalidade	Princípio da Administração Pública que busca igualdade do interesse público.
Publicidade	Princípio que deve manter a transparência dos seus atos, admitindo o sigilo que o mesmo estiver que preservar o interesse público.

Fonte: Adaptado de Faria 2010.

Segundo o princípio da legalidade em hipótese alguma o administrador pode fazer o que lhe convém, apenas agindo de acordo com o que a Lei permite.

Em relação ao princípio da moralidade, este tem como base a ética, boa fé, honestidade, uma vez que, esse princípio não seja exercido de maneira correta alguns atos administrativos podem ser instaurados para combater a imoralidade, são eles: ações civis públicas que são exercidas apenas por pessoas jurídicas e ações populares que podem ser promovidas por qualquer pessoa física desde que esteja em pelo exercício dos direitos políticos (FARIA 2010).

Ainda de acordo com o autor supracitado, princípio da impessoalidade se refere ao administrador se manter de forma neutralizada, sem que haja qualquer tipo de discriminações, quando isso ocorrer deve ser feita de maneira que venha a justificar o ato em razão ao interesse coletivo. O gestor deve manter a impessoalidade em diversos momentos, alguns deles são: impessoalidade para ingressar na administração pública, ou seja, o administrador não pode contratar quem ele desejar, apenas quem passar no concurso público respeitando a ordem de classificação dos candidatos, outro momento que o gestor deve manter a impessoalidade é na contratação de serviços ou aquisição de bens, estes só podem ser feitos por meio de licitações.

Por fim, o princípio da publicidade deve manter sempre a transparência em seus atos administrativos, até mesmo quando informações forem solicitadas em função dos interesses que ela representa quando atua.

Segundo o Art. 5º, Inciso XXXIII da Constituição Federal:

todos têm direito a receber dos órgãos público informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

O prazo para que as informações solicitadas sejam prestadas é de quinze (15) dias (LEI 9051/95).

Para Faria (2010), mesmo diante da clareza, é possível que algumas informações permaneçam em sigilo, uma vez que, informações que possam violar a intimidade das pessoas devem manter-se em sigilo, caso isso ocorra, a pessoa esta assegurada por direito a indenização por danos materiais ou morais de acordo com a CF Art. 5º.

No tópico seguinte será abordado assuntos relacionados a gestão escolar, destacando seu fundamental papel nas organizações educacionais, além de, perceber as dificuldades existente nessa temática.

2.2 GESTÃO ESCOLAR

Ao longo da história, as primeiras escolas que existiu no Brasil foram instituídas pelos jesuítas no ano de 1549, de acordo com os relatos históricos as escolas possuíam funções missionárias, as quais eram passados ensinamentos sacerdotais além de catequizas e educar os índios que já viviam pelo território brasileiro (LIBÂNEO, OLIVEIRAS, TOSCHI, 2007).

Com o decorrer dos anos, a gestão educacional passou a ter mais destaque no cenário brasileiro, com isso, o gestor vem ganhando cada vez mais destaque, com o importante papel de quebrar paradigmas, buscando, assim, melhorias contínuas nos seus processos. Embora a administração empresarial e escolar possuírem diferentes finalidades e concepções distintas, a administração empresarial pode colaborar de maneira significativa para uma boa gestão seja ela qual for, uma vez que, as conquistas adquiridas através da administração capitalista poderiam contribuir para uma boa produtividade no âmbito escolar.

No contexto escolar, compete ao diretor desempenhar o papel do gestor, exercendo uma liderança com a finalidade de orientar todos que atuam na escola, com o intuito de promover um ambiente educacional capaz de constituir cidadãos capazes o suficiente de enfrentar os novos desafios e superar obstáculos existentes (LÜCK, 2009).

Isto é, gestor de uma organização escolar deve possuir a competência básica de fazer com que a comunidade escolar perceba a importância de todos que atuam na organização, assim como, a função social da escola. Com isso, pode-se perceber que a educação faz parte dos processos formais e organizados, desenvolvidos pela escola com a finalidade de promover

uma preparação capaz o suficiente de qualificar pessoas para o exercício da cidadania e do trabalho.

Para que o gestor possa proporcionar bons resultados, é necessário que se trace estratégias que possa oferecer suporte na hora das suas escolhas, essa estratégias deve sempre buscar o bem coletivo, mantendo um ambiente de agradável convivência (OLIVEIRA, 2008).

A partir disso, é possível perceber o importante papel de um bom gestor perante a sociedade, pois, mesmo diante de inúmeras dificuldades que a educação global possui, o gestor deve sempre buscar estabelecer estratégias capazes de solucionar problemas.

De acordo com Malhone (2010, p.01):

o gestor sente-se sobrecarregado e desmotivado com tamanha carga de responsabilidade sob sua supervisão, o que o leva muitas vezes a imaginar que não há esperanças de resultados significativos para uma Educação de Qualidade. Porém, apesar de o gestor ser a figura central para a melhoria do processo educacional, ele não está sozinho nesta empreitada. Cabe a ele o direcionamento competente de habilidades e a identificação de talentos dentro de sua equipe para uma gestão mais democrática e eficiente, onde a responsabilidade é compartilhada por todos.

Para Lück (2009) a atuação da gestão escolar compõe uma das áreas profissionais mais importantes, pois é a partir dela que se designa a concretização de planejamentos, a liderança com orientações necessárias para um bom desempenho, além da verificação e avaliação dos processos indispensáveis para o enriquecimento da aprendizagem e formação dos alunos.

O cenário educacional brasileiro ainda necessita de gestores que busquem fazer diferença em suas instituições, para que isso aconteça é preciso que os representantes escolares estejam preparados para novos desafios, pois além de gestores, os mesmos devem ser líderes educacionais comprometidos com toda sua equipe como seus professores, funcionários, pais e alunos (MALHONE 2010).

Assim, o gestor deve sempre buscar administrar seus recursos matérias, pessoais e financeiros de maneira adequada que não venha a comprometer a organização, pois a gestão escolar é responsável por manter funcionando os direitos e deveres que os estabelecimentos de ensino possuem.

Para Moreno (2003), um bom gerente educador possui a habilidade de realizar mudanças em outras pessoas, uma vez, os seres humanos são capazes de aprender através de reproduções, processos de comunicação; tomada de decisão; solução de problemas, esses fatores podem influenciar nas atitudes e comportamentos de todos os integrantes da organização. A partir disso, Moreno (2003, p. 01), afirma para que se tenha uma completa eficácia, é preciso possuir seis competências:

1. controlar o ambiente e os recursos da organização tomando decisões preventivas.
2. organizar e coordena em torno de tarefas e relações interdependentes.
3. tratar as informações identificando problemas para tomar decisões e comunicá-las.
4. provisão de crescimento e desenvolvimento para si e seus funcionários.
5. motivar os funcionários e administração de conflitos no trabalho.
6. ter soluções de problemas estratégicos por meio da tomada de decisões e do incentivo às decisões por parte dos seus funcionários.

Com base nessas competências, é esperado que se alcance uma maior uniformidade entre os diversos grupos que compõe a organização, melhorar o relacionamento entre as pessoas e manter uma maior cooperação e comprometimento entre as partes.

A partir disso, é necessário que o gestor educacional tenha claro e incorporado o conceito de resiliência, pois é preciso que o gestor seja apto a conviver com distintos tipos de circunstâncias e de tensão, sem que isso afete o seu equilíbrio e o poder da racionalidade, para que ele seja capaz de lançar aos outros os mesmos desafios e produzir neles as mesmas qualidades (SANTOS 2009).

Mais adiante, serão citados assuntos relacionados aos recursos financeiros educacionais brasileiros, onde possibilitará uma melhor compreensão a respeito do assunto.

2.3 RECURSOS EDUCACIONAIS

Escolas são integrações administrativas que podem fazer parte de diferentes estruturas, isso acontece de acordo com a maneira em que o governo a qual as instituições de ensino estão veiculadas, principalmente em relação à gestão de recursos financeiros (ALMEIDA 2009).

Para Abrahão (2005, p.02) “a educação pública, de acordo com as normas legais vigentes, deve ser realizada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, que têm a responsabilidade e competência pela manutenção e expansão de três sistemas de ensino”.

O regime de financiamentos dos programas de incentivo à educação brasileira ocorre de maneira descentralizada, durante um longo tempo na história do sistema educacional do nosso país, grande parte dos projetos e programas aqui implantados, tinha como base outros trabalhos já realizados por países desenvolvidos (SÁ, 2010).

O que acontecia na maioria das vezes era que, só após a implantação desses programas era que os gestores percebiam que no Brasil não estavam funcionando, antes de tudo, deve-se verificar as peculiaridades de cada lugar, pois nem sempre o que funciona em um país dá certo em outro, devido a isso, é necessário que, antes de qualquer coisa seja

realizado planejamento voltado para a realidade de cada um, procurando as melhores formas possíveis de inclusão no processo educativo.

A estrutura de financiamento da educação é fortemente baseada em impostos, que são recursos gerais tomados à sociedade. Isso significa que parcela expressiva dos recursos, principalmente de estados, Distrito Federal e municípios, é proveniente da arrecadação tributária, sobretudo em razão da vinculação de impostos. Essa forma de financiamento para a educação – reserva de determinado percentual do valor arrecadado mediante impostos – tem sido uma das medidas políticas mais importantes para garantir a disponibilidade de recursos para o cumprimento do vasto rol de responsabilidades do Poder Público nessa área. (ABRAHÃO, 2005).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi criada em 1961, já no ano de 1971 a Lei passou por modificação e a terceira ainda vigente no Brasil, foi sancionada em 1996, desde então a LDB aponta ganhos favoráveis para os cidadãos (SCUARCIALUPI, 2008). De acordo CF, Art. 212 e LDB Art 69 “a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento de ensino”. Na Lei de Diretrizes de Base da Educação nº 9.394/96, em seu Art. 15, estabelece que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observadas as normas gerais de direito financeiro público.”

Para Gouveia et al (2010), no Brasil os programas federais de incentivo a educação passaram a serem mais presentes a partir do ano de 1995, quando o governo criou o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), financiado com os recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), repassando as verbas diretamente às instituições de ensino fundamental.

Em conformidade com o Art. 4º e seus parágrafos da Resolução n.º4 de 17 de Março de 2003, “as escolas públicas com mais de 50 (cinquenta) alunos matriculados na educação básica, para serem beneficiadas com recursos do PDDE deverão, obrigatoriamente, constituir suas respectivas Unidades Executoras, com até 50 (cinquenta) alunos matriculados”.

Barreto (2009) diz que a Resolução n.º004 de 21 de janeiro de 1999, no seu Art. 2º, que se refere ao destino dos recursos financeiros, que por sua vez, são designados para os pagamentos de despesas que garanta o pleno funcionamento das escolas beneficiadas. É com esses recursos financeiros que as escolas podem alguns investimentos como manutenção,

conservação, pequenos reparos, aquisição de materiais, capacitação de profissionais da educação e implementações de projetos e atividades educacionais, normalmente o repasse dessa verba é realizado anualmente, proporcionando aos gestores escolares possibilidades de melhorias para o crescimento e concretização de um projeto democrático alternativo.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é a autarquia vinculada ao MEC (Ministério Da Educação), responsável pela capacitação de recursos financeiros para o desenvolvimento de uma série de programas que visam à melhoria da educação brasileira.

A partir disso, espera-se que todos os recursos repassados as instituições de ensino sejam utilizados de maneira adequada, reforçando a política da autogestão escolar nos planos financeiros, administrativos e didáticos, colaborando para erguer uma sociedade mais justa, é necessário que o gestor realize as finanças de maneira que de tenha uma postura consciente e comprometida com a realidade escolar e ciência de que a gestão financeira é uma de suas competências na escola.

Após o recurso ser liberado é necessário que o gestor tenha cuidado no momento de gastar a verba, uma vez que, deve ser estabelecido todo um cronograma para o desembolso do dinheiro, além de manter um controle de como vai ocorrer às contratações, pagamentos e comprovação das despesas, pois todos esses instrumentos fazem parte da gestão financeira realizada durante um período na escola e devem ser acompanhados com bastante atenção, pois a aplicação dos recursos está veiculada a diretrizes maiores que orientam o sistema de administração pública da educação, devendo obedecer às legislações, políticas nacionais, estaduais e municipais de financiamento de ensino, diretrizes e normas de transferência e aplicação de recursos, pois isso, é necessário que se preste contas de todas as despesas que foram realizadas com recursos públicos a ela destinados por meio de programas orçamentários específicos (ALMEIDA 2009).

Dando continuidade ao trabalho, será mostrada no próximo tópico a caracterização da empresa estudada para a formulação do presente artigo.

3 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A escola estudada é uma instituição municipal denominada de Escola Municipal de Ensino Fundamental “Poeta Belarmino de França” a mesma está localizada na rua Francisco das Chagas Ismael Lacerda s/n no bairro Janduy Carneiro, CEP 58840-000 na cidade de Pombal–PB, teve sua fundação no ano de 1984, a instituição recebeu esse nome em

homenagem a um dos maiores poetas, cantadores e repentistas regionais, seu nome completo é Belarmino Fernandes de França, nasceu no dia 26 de dezembro de 1894 no sítio Várzea da Serra, em Paulista, hoje cidade, mas povoado na época e depois vila e distrito do município de Pombal.

Era filho de Vicente Manoel de França e Maria Benvinda Fernandes, no dia 22 de outubro de 1922 Belarmino casou-se com Emerentina Dantas de Sousa, de cujo enlace matrimonial nasceram os seguintes filhos: Federalino Dantas de França, Rita, Benigno, Almira, Alzira, Maria, padre Solon, Raimundo (Doca) e Benedito Dantas de França, com exceção de padre Solon, todos os filhos viviam da agropecuária, em diferentes propriedades do município de Paulista-PB. O poeta faleceu nessa mesma terra em 20 de março de 1982 aos 88 anos de idade.

Na época de sua fundação, a escola funcionava apenas com duas salas de aulas e a instituição não possuía uma estrutura que suprisse as necessidades, com o passar dos anos foram sendo feitas reformas e ampliações para melhor desempenhar as atividades escolares, a escola atende as uma população de baixa e média renda, nas modalidades do ensino fundamental do 1º ao 5º ano e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) para oportunizar as pessoas que não tiveram acesso à escola na idade própria, concluírem seus estudos, essas atividades está organizada nos turnos manhã, tarde e noite.

Atualmente, a escola tem como diretoras as professoras Maria de Lourdes da Silva Abrantes e Maria da Conceição Soares da Silva Freire, além disso, conta com cinco salas de aula, uma sala de leitura, uma sala para os professores, uma sala onde funciona a secretaria e direção, uma cozinha com dispensa, dois banheiros para alunos e um banheiro para os professores e funcionários e uma área coberta para lazer e refeitório, possui 205 alunos matriculados na primeira fase do ensino fundamental e conta também com 25 funcionários exercendo diferentes funções na organização.

4 METODOLOGIA

A princípio, o trabalho foi desenvolvido através do auxílio de consultas e pesquisas bibliográficas a respeito do tema, com o intuito de confrontar as teorias e pensamentos dos autores relacionados a temática em estudo, dando preferência as publicações que abordasse o tema de maneira clara e objetiva para obter um maior entendimento.

Em grande parte dos trabalhos acadêmicos, em algum momento é necessário a utilização de pesquisas bibliográficas, uma vez que, esse tipo de pesquisa permite que o

investigador possua um acervo de dados mais extensos do que se ele pesquisasse diretamente na fonte (GIL, 2010).

Outra forma de pesquisa utilizada para a construção desse artigo foi através da internet, na qual foi possível obter diversas informações e dados mais atualizados que contribuísse de maneira favorável para esse estudo.

Segundo Gil (2010), atualmente, a internet é um dos meios de pesquisas mais utilizados pela população para a obtenção de informações, no entanto deve ter muito cuidado na hora de utilizar esse meio de pesquisa, pois existe um excesso de informações que muitas vezes, não são confiáveis. No entanto, para o presente trabalho foram utilizados fontes seguras de pesquisa.

O trabalho é constituído por uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso, com finalidade descritiva que foi realizado em uma escola municipal localizada na cidade de Pombal-PB, onde foram utilizados como instrumentos para coleta de dados uma entrevista com parte dos componentes do conselho escolar, a entrevista contém quatorze (14) questões abertas que foi aplicado durante o mês de Junho o qual houve um enriquecimento mais profundo no processo, a entrevista foi realizada com o auxílio de gravações e anotações para que não fosse descartada nenhuma informação importante para a análise dos resultados. Foi utilizada uma abordagem quanti-qualitativa não probabilística, por acessibilidade.

Posteriormente, os dados adquiridos durante a entrevista foram organizados e analisados de acordo com a sequência de respostas que foram obtidas durante o período dos questionamentos, a partir disso, as informações passaram a constituir a demonstração dos resultados do presente trabalho.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A entrevista foi realizada com a Senhora Maria da Conceição Soares da Silva Freire que atua como presidente do conselho escolar e Adalgiza Bandeira Nobre que exerce o cargo de secretária da instituição em estudo, de início as entrevistadas responderam que atualmente a escola recebe recursos financeiros que são utilizados para a cobertura de despesas e investimentos, no entanto, o pagamento de professores não pode ser feito com essas verbas.

Pois de acordo com Abrahão (2005), os investimentos destinados a educação através da arrecadação de impostos vem sendo uma das medidas políticas mais importantes para disponibilizar recursos para a área da educação.

Os recursos são enviados para a escola uma vez durante o ano, e segundo a presidente do conselho, possui um prazo estabelecido para destinar os recursos, segundo as entrevistadas as verbas devem ser aplicadas até o dia trinta e um (31) de dezembro do mesmo ano em que o repasse tenha sido liberado.

Ainda de acordo com os dados obtidos durante a entrevista, foi constatado que as verbas são administradas pelo conselho escolar que é formado por membros da escola, da comunidade, pais de alunos e representantes de alunos, essas eleições ocorrem de dois em dois anos e são os membros do conselho quem participam da votação, no qual são eleitos pessoas para ocupar os cargos de Presidente, Vice Primeiro e Segundo secretários, além de um representante de aluno, pai de aluno e comunidade, no entanto são o presidente e primeiro secretário quem representam o conselho nas tomadas de decisões.

Quando questionados se é oferecido algum treinamento ou orientações sobre as maneiras corretas de como aplicar os recursos, as entrevistadas responderam que a equipe diretiva do conselho participa de uma capacitação no qual são esclarecidas dúvidas e mostradas as maneiras corretas de como deve ser destinados os recursos financeiros, a partir disso, fica mais simples o entendimento, pois, as vezes, o conselho não possui experiências a respeito do assunto, assim, possibilita um maior êxito durante as aplicações das verbas, no entanto, a atual gestão do conselho escolar não participou de um treinamento, apenas passaram por esclarecimentos básicos.

Os recursos financeiros são aprovados pelo MEC que valida o plano no âmbito financeiro, verificando a composição dos itens de capital e de custeio. Já na hora de gastar o dinheiro, as entrevistadas disseram que essas verbas devem ser aplicadas obedecendo ao Plano de Ações Financiáveis – PAF, cadastrado pela escola no SIMEC por meio dos planos de ação, respeitando-se o limite de 70% para custeio e 30% para capital.

De acordo com Barreto (2009), é com os recursos financeiros enviados para as instituições escolares, que as mesmas realizam investimentos, manutenções, reparos, aquisições de materiais dentre outras aplicações.

Quanto a questão que se refere se há decisões participativas no momento de aplicar os recursos, foi possível perceber que as diversas opiniões são levadas até o conselho para que o mesmo possa analisar e aplicar o dinheiro naquilo que for mais necessário e que irá obter um melhor desempenho para a instituição.

É a partir dos conselhos escolares que todas as pessoas relacionadas a escola podem discutir e decidir assuntos relacionados a diferentes aspectos, tornando o conselho não só um caminho para participações, mas também um instrumento de gestão, ou seja, é possível que

problemas relacionados a sociedade como um todo possa ser discutido com os participantes do conselho escolar (AMBONI 2007).

Um quesito importante também analisado é quais os critérios que definem os valores dos recursos destinados a cada escola, percebeu-se que as verbas variam de instituição para instituição, pois é de acordo com o número de alunos que a escola possui que se define quanto cada organização de ensino vai receber, esses dados são enviados para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC, através do censo escolar realizados todos os anos, possibilita não só saber os dados estatísticos que cada escola possui, como também fazer planejamentos para a educação nacional.

Ainda segundo Andrade, Gonçalves, Moraes e Oliveira (2008), são a partir do auxílio de notas ou de percentuais de rendimentos, que se pode melhor avaliar as maneiras mais concretas das ações e programas governamentais, pois o cruzamento dos dados, tanto no espaço temporal, como geográfico são bem representativos no andamento de tomadas de decisões.

Outro fator importante percebido durante a entrevista é a respeito da conta bancária utilizada para recebimento dos recursos, a mesma deve ser exclusiva, sendo proibida a movimentação de recursos próprios ou de qualquer outra verba, por meio de depósitos transferências, doações ou saque em espécie, além disso, a conta corrente deverá ser específica para o Programa.

O conselho deverá prestar contas aos municípios constituídas dos demonstrativos da execução da receita e das despesas e de pagamentos efetuados, da relação de bens adquiridos ou produzidos e do extrato da conta bancária em que os recursos foram depositados pelo FNDE (Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação), acompanhados de documentos julgados necessários à comprovação da execução dos recursos, deverão ser arquivados na sede da entidade que executou os recursos em perfeita organização, até 31 de dezembro do ano do repasse ou nas datas antecipadas pelas respectivas esferas de governo, devidamente estabelecidos.

Para Almeida (2009, p. 02), “a etapa de ‘gastar o dinheiro’ exige do gestor muita atenção nos procedimentos de acompanhamento e supervisão, as formas de liberação dos recursos a serem utilizados nas escolas e os mecanismos de contratação, pagamento e comprovação das despesas”.

Vale destacar ainda, que em todas as compras seja exigida a nota fiscal seja ela de venda ao consumidor ou de serviços, mas nunca deve receber exclusivamente o cupom fiscal, outro cuidado é na hora de efetuar o pagamento, pois o cheque deve ser nominal e cruzado.

Quando questionados sobre quais os benefícios que a escola adquiriu nesses últimos anos com os recursos financeiros destinados a referida instituição, as entrevistadas responderam que através dessas verbas a escola pode obter uma maior autonomia econômica, incentivando uma gestão democrática e participativa, além de melhor adaptar o espaço físico, para as atividades e aquisição de recursos pedagógicos.

Outra indagação feita no momento da entrevista, foi se a escola adota alguma estratégia para administrar os recursos, foi obtida como resposta que através do conselho escolar são elencadas as necessidades que a instituição possui no momento, posteriormente são analisadas as prioridades existentes, a partir disso, os integrantes do conselho se reúnem para escutar as diversas opiniões e chegam a um consenso em que os recursos financeiros serão investidos. Em seguida foi perguntado em média quantas pessoas são beneficiadas com os recursos financeiros enviados para a escola, foi percebido que não possui um número exato de pessoas que são favorecidas pelas verbas, pois os benefícios adquiridos atinge desde os alunos até comunidade.

De acordo com Oliveira (2008), um bom gestor deve desempenhar suas funções com eficiência para que possa proporcionar resultados significativos para a organização em que se encontra inseridos, para isso, é necessário que se esquematize estratégias que possa apresentar apoio no momento da tomada de decisões, essa estratégia deve sempre buscar o bem coletivo, mantendo um ambiente propício a desenvolvimentos.

A entrevista sucedeu de maneira favorável para o estudo, pois através dela foi possível compreender melhor como funciona uma gestão escolar, perceber algumas dificuldades enfrentadas pela escola em estudo e como são utilizados os recursos financeiros educacionais destinados a uma instituição pública municipal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados encontrados, foi possível perceber a relevante importância que os recursos financeiros possuem em uma instituição escolar pública, uma vez que, são através dessas verbas que as escolas têm a possibilidade de realizar melhorias em diversas áreas de sua organização, como pequenas reformas, manutenções, aquisições de materiais, implantação de projetos.

Nesse contexto, é necessário que esteja inserido um bom gestor com capacidades diversificadas, além de estabelecer estratégias capazes de envolver a aplicação dos recursos de maneira que venham suprir as principais necessidades existentes em cada cenário escolar, pois, é preciso refletir sobre um bom modelo educacional que possa proporcionar melhores resultados para a educação brasileira, além de fazer com que, a comunidades perceba a importância que todos possuem dentro da escola.

No entanto, é preciso que as políticas públicas voltadas para a educação procurem solucionar com mais rapidez e precisão os problemas que envolvem essa área, impedindo que sejam obtidos resultados não favoráveis, para que isso aconteça, são disponibilizados diversos programas e projetos que possuem a finalidade de proporcionar a população melhores condições de vida, pois se isso não acontecer acarretará apenas em uma má utilização do dinheiro público sem que possam ser oferecidos resultados significativos para a população.

Em relação ao contexto em que a instituição de ensino estudada se encontra inserida, seria interessante que houvesse políticas públicas educacionais associadas à geração de empregos e renda, uma vez que, o bairro em que a escola pertence é de baixa renda, isso poderia proporcionar aos moradores resultados significativos, pois haveria uma ligação mais forte entre escola e comunidade, pois este é o papel dos governantes, oferecer condições favoráveis através de implantações de políticas públicas que ofereça melhores condições de vida para a população.

Um fator importante percebido foi às dificuldades que as escolas públicas enfrentam, pois os recursos financeiros são liberados apenas uma vez durante o ano, e na maioria das vezes os valores estabelecidos não são suficientes para atender as necessidades enfrentadas pelas instituições, uma vez que, são muitos problemas que as escolas procuram resolver com as verbas repassadas, ou seja, seria interessante que houvesse uma análise e planejamentos mais profundos sobre as precisões que cada escola possui, para que, juntamente com os dados obtidos pelo censo escolar possa ser estabelecido um valor para cada unidade escolar capaz e de atender as necessidades existentes.

Além disso, ainda são notáveis as falhas referentes aos suportes técnicos oferecidos para que, o conselho escolar desempenhem suas funções de maneira adequada, isso foi percebido no momento da entrevista, onde foi constatado que os conselheiros não participaram de treinamentos ou capacitações que deveriam ser destinadas a todos que exercem funções, apenas repassadas orientações de forma rápida, isso pode ocasionar o surgimento de diversas dúvidas, como o conselho deve se posicionar no momento de destinar as verbas, podendo gerar assim uma aplicação inadequada dos recursos.

Portanto compete ao poder público disponibilizar não só recursos financeiro capazes de gerar resultados positivos para as unidades escolares, como também proporcionar treinamentos e capacitações para que a escola não cometa folhas no momento de aplicar os recursos, pois são exatamente nesses casos que é necessário reavaliar as políticas públicas, como maneira de compreender como realmente elas estão sendo aplicadas, para a partir disso buscar melhores soluções.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Jorge. **Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina.** Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 de Mai. de 2012.

ALMEIDA, Elena Roque de Souza. **Como gerenciar os recursos financeiros em escolas públicas:** contribuições aos gestores e CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar). Disponível em: <<http://www.administradores.com>>. Acesso em: 16 de Mai. de 2012.

AMBONI, Vanderlei. **Gestão democrática e controle social dos recursos financeiro destinados às escolas estaduais do Paraná.** Disponível em: <<http://www.urutagua.com.br>>. Acesso em: 25 de Abr. de 2012.

ANDRADE, Magali Alves de. GONÇALVES, Andersonn Souza. MORAES, Zisleide Soares. OLIVEIRA, Thiago Souza. **Sistemas de avaliação de políticas públicas educacionais:** o plano de desenvolvimento da educação (PDE) e a educação em Sergipe. Disponível em: <<http://legacy.unifacef.com.br>>. Acesso em: 11 de Mai. de 2012.

BARRETO, Carmen Menna. **Gestão financeira na unidade escolar** – aplicação de recursos do programa dinheiro direto na escola – PDDE. Disponível em: <<http://www.webartigos.com.br>>. Acesso em: 15 de Abr. de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado.

FARIA, Elisa. **Direito administrativo.** Disponível em: <<http://professoraelisafaria.blogspot.com.br>>. Acesso em: 07 de Mai. de 2012.

GIL, Carlos Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. Editora Atlas. São Paulo 2010.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. SOUZA, Ângelo Ricardo de. BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. SILVA, Monica Ribeiro da. SOARES, Isabelle Alves. **Os efeitos das reformas educacionais no financiamento da educação:** Análise dos recursos disponíveis em 13 escolas públicas no Estado do Paraná, Brasil. Disponível em: <<http://www.redefinanciamento.ufpr.br>>. Acesso em: 02 de Mai. de 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRAS, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 5. ed. Editora Cortez. São Paulo 2007.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Disponível em: <<http://www.fvc.org.br>>. Acesso em: 30 de Abr. de 2012.

MALHONE, Vanessa. **Um novo caminho para a gestão educacional.** Disponível em: <<http://www.gp1.com.br>>. Acesso em: 06 de Jun. de 2012.

MORENO, Luiz Carlos. **O gerente educador e o desenvolvimento de pessoas.** Disponível em: <<http://www.fenassec.com.br>>. Acesso em: 13 de Abr. 2012.

OLIVEIRA, Luciana Paula de. **Gestão escolar.** Disponível em: <<http://www.administradores.com>>. Acesso em: 04 de Abr. de 2012.

SÁ, Maria Aparecida de. **Políticas públicas educacionais brasileiras – 2005 a 2009.** Disponível em: <<http://www.artigonal.com>>. Acesso em: 11 de Jun. de 2012.

SANTOS, Milena Queiroz Gonçalves. **Gestão educacional - desafios e possibilidades.** Disponível em: <<http://www.profissionalizando.net.br>>. Acesso em: 14 de Jun. de 2012.

SCUARCIALUPI, Lu. **Por dentro da Lei de Diretrizes e Bases:** o que é a Lei de Diretrizes e Bases, quais os principais ganhos para os cidadãos e a história até sua aprovação em 1996. Disponível em: <<http://www.educarparacrescer.abril.com.br>>. Acesso em: 31 de Mai. de 2012.

ALAGOAS, Tribunal de contas do Estado de. **Dados sobre o FNDE.** Disponível em: <<http://www.tce.al.gov.br>>. Acesso em: 19 de Abr. de 2012.

ABSTRACT

That paper presents a case study that has the purpose of demonstrating how a school management and the relevance of financial resources to a municipal school has, inserted in this issue the article addresses the issues facing public policy, school management and educational resources to make this possible, was investigated for bibliographic and research over the internet giving preference publications easy to understand. What if you could get the answers on the subject under investigation, an interview was applied quantitative and qualitative non-probabilistic accessibility, containing fourteen (14) open questions and then analyzed the data from these inquiries were made as part of the School Board EMEF "Poeta Belarmino de França" in the town of Pombal-PB. Therefore, it was conclude that the financial

resources for the institution under study has contributed favorably to the operation of it, however, is still necessary that public policy recognizes that issues related to education still needs incentives to education institutions can raise their performance levels.

Keywords: School management, Financial resources, Public policies.

APÊNDICE

ROTEIRO DE PERGUNTAS UTILIZADO DURANTE A ENTREVISTA.

1. Quais são os recursos financeiros enviados atualmente para a escola?
2. Quantas vezes por ano esses recursos são liberados?
3. Existe um prazo estabelecido para destinar a verba?
4. Quem administra esses recursos financeiros?
5. Quem elege e como funciona o conselho escolar?
6. É oferecido algum tipo de orientação ou treinamento para quem vai administrar esses recursos financeiros?
7. Qual é o órgão responsável pela aprovação e liberação dos recursos financeiros?
8. Após a liberação dos recursos financeiros de que forma os mesmos devem ser aplicados?
9. Na hora de aplicar os recursos financeiros existem decisões participativas no destino que o dinheiro vai tomar?
10. Quais critérios são analisados para definir os valores dos recursos financeiros?
11. De que forma é realizada a prestação de contas dos recursos?
12. Quais foram os maiores benefícios que esses recursos proporcionaram e escola nesses últimos anos?
13. A escola adota alguma estratégia para administrar os recursos?
14. Quantas pessoas em média são beneficiadas com os recursos na escola?